



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS Ata da 110ª reunião, realizada em 16 de outubro de 2017

1 Em 16 de outubro de 2017, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a
5 presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, representante da SEMAD.
6 Representantes do poder público estadual: André Port Artur de Paiva Torres, da
7 Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Amarildo José
8 Brumano Kalil, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
9 (Seapa); Guilherme Augusto Duarte Faria, da Secretaria de Estado de
10 Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes);
11 Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência Reguladora de Serviços de
12 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
13 (Arsae); Marina Imaculada Ferreira Caldeira, da Secretaria de Estado de Saúde
14 (SES); Juliana Silva de Oliveira, da Secretaria de Estado de Turismo; Pedro de
15 Freitas Moreira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda);
16 Bérqson Cardoso Guimarães, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
17 (MPMG). Representantes do poder público municipal: Eduardo Machado de Faria
18 Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Eric Alves Machado, da
19 Prefeitura Municipal de Contagem; Ednard Barbosa de Almeida, da Prefeitura
20 Municipal de Betim (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio
21 São Francisco); Nilda Marília Figueiredo de Sousa, da Prefeitura Municipal de
22 Almenara (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio
23 Jequitinhonha e Pardo); Max Miller Fernandes da Silva, da Prefeitura Municipal
24 de São João do Manteninha (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica
25 do Leste); João Paulo Silva Oliveira, da Prefeitura Municipal de Viçosa
26 (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce); Agostinho
27 Nardy Riolino, da Prefeitura Municipal de Lima Duarte (representante dos
28 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul); Gabriel Augusto
29 Campos, da Prefeitura Municipal de Itapeva (representante dos municípios da
30 Bacia Hidrográfica dos Rios Grande, Piracicaba e Jaguari). Representantes dos
31 usuários de recursos hídricos: Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de
32 Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Ana Paula Bicalho de Mello, da
33 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
34 Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
35 Gerais (Fiemg); Irany Maria de Lourdes Braga, do Instituto Brasileiro de
36 Mineração (Ibram); Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, da Associação
37 Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do

38 Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig); Leonardo
39 Romano, da Associação Mineira dos Criadores de Tilápia (Minas Tilápia);
40 Francisco de Assis Lafetá Couto, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes
41 de associações legalmente constituídas no Estado para proteção, conservação e
42 melhoria do meio ambiente: Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para
43 Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Antônio Thomaz Gonzaga
44 da Matta Machado, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Gustavo Tostes
45 Gazzinelli, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias
46 Hidrográficas (Fonasc). Representantes de associações civis com efetiva atuação
47 em recursos hídricos: Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de
48 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do
49 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Cintia Ribeiro de Freitas,
50 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Carlos Alberto de Freitas, da
51 Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas); Representantes de
52 universidades, instituições de ensino ou centros de pesquisa sediados no Estado
53 e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou
54 educação ambiental: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de
55 Uberlândia (UFU); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias
56 (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Assuntos em pauta. 1)**
57 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
58 **ABERTURA.** A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho declarou aberta
59 a 110ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **3)**
60 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Presidente Maria de Fátima Chagas
61 Dias Coelho: “Senhores conselheiros, eu vou me permitir, nesta abertura, falar
62 algumas palavras para este Conselho. Como vocês sabem, eu assumi o IGAM no
63 dia 10 de março de 2015, a convite do governo, para dirigir o Instituto Mineiro de
64 Gestão das Águas. Nessa época, nós estávamos em plena crise hídrica, e o
65 governador, pela sensibilidade que tem com a questão, já havia criado a força-
66 tarefa para cuidar da questão da crise hídrica no Estado. Em seguida, este
67 Conselho aprovou a DN 49, que define áreas de restrição, escassez hídrica e que
68 é pioneira no Brasil. Então foi muito importante essa atuação no sentido de
69 aprovar essa DN, que se desdobra, anualmente, nesse acompanhamento
70 intensivo, inclusive com instalação de estações automáticas, em tempo real, que
71 vimos, progressivamente, aumentando. Eu gostaria de destacar que, durante
72 todo o momento, estou cumprindo uma agenda de governo, porque estou em um
73 cargo público. Enquanto estou em cargo público, eu não funciono sozinha. Eu
74 sempre estou cumprindo uma agenda de governo, como estou aqui, neste
75 momento, cumprindo uma agenda de governo coordenada pelo governador
76 Fernando Pimentel. Eu gostaria de afirmar e demonstrar também que, durante
77 todo o ano de 2015, nós trabalhamos na reestruturação do Sisema, que culminou
78 na Lei 21.972, que traz muitos avanços para o IGAM. Nós trabalhamos,
79 arduamente, na construção dessa lei, internamente, no IGAM. E, ao mesmo
80 tempo em que as questões estavam se desenvolvendo, as demandas vinham,

81 mas nós nos dedicamos sobremaneira à Lei 21.972, que foi sancionada pelo
82 governador em janeiro de 2016. Essa lei traz muitos avanços, como eu disse, não
83 só em retomar a questão das outorgas para o IGAM, como também porque
84 sempre entendemos – e o governo teve sensibilidade para entender, e o
85 secretário à época também – que outorga é um instrumento de gestão e que,
86 portanto, é importante a permanência no IGAM. Então, com essa sensibilidade,
87 tem a questão do retorno da outorga, a área administrativa e financeira. Mas,
88 mais do que resgatar essas coisas, nós concebemos uma lei em que falamos de
89 previsão de tempo e clima, o que não estava na abordagem do IGAM; a questão
90 de operação de reservatórios e segurança de barragens de água; e outras
91 questões do poder regulador do IGAM. Mais do que o poder de gestor, é o poder
92 de regular o uso da água trabalhando na gestão compartilhada. É muito nobre
93 essa função de regular o uso da água. Em seguida, nós trabalhamos no decreto
94 de competências. Então o IGAM, de duas diretorias, passará para quatro
95 diretorias; de oito gerências, passará para 16 gerências. Um ponto importante
96 também é que nós criamos unidades regionais do IGAM. Então nós vamos poder
97 atuar com maior capilaridade, criando até 17 unidades regionais. Evidentemente
98 que vai depender de todo o desenvolvimento de implantação do decreto, da
99 questão financeira. Nós podemos começar com um número maior, e é assim que
100 deve ser feito. Eu gostaria de ressaltar também que, mesmo antes de o decreto
101 ser publicado, nós iniciamos – o grupo de dirigentes do IGAM – as tratativas junto
102 com a SEMAD para discutir a questão de pessoal e de como vamos fazer essa
103 alocação de pessoal, tanto na área técnica quanto na área administrativa e
104 financeira. Ressalto também o trabalho conjunto do IGAM com este Conselho de
105 aprovar várias DNs estratégicas, como as que aprovamos na última reunião
106 conjunta dos dois Conselhos – da CNR e do Conselho de Recursos Hídricos. E
107 tudo que fizemos, a DN de planos, várias DNs que conseguimos aprovar. A
108 restrição de uso da água subterrânea, que é um ponto, um tópico muito
109 importante para o nosso Estado, o que temos muito que desenvolver ainda.
110 Trabalhamos também na construção da Lei do Fhidro, de forma participativa, com
111 oficinas, tanto internas quanto externas, e o IGAM teve um alto desempenho no
112 programa Progestão, da ANA. Nós somos o Estado mais bem pontuado, e esse
113 Progestão se traduz em receita para o IGAM. Com isso, modernizamos nossos
114 equipamentos. O recurso do Progestão nós estamos investindo na modernização
115 do Sistema de Informações de Recurso Hídricos, que é um ponto que vários
116 conselheiros já indicaram que precisamos trabalhar mais, em todos os seus
117 componentes. Outra questão que eu gostaria de tratar é que elaboramos uma
118 estratégia de segurança hídrica, fizemos uma capacitação. A capacitação,
119 inclusive, sobre esse tema está no site do IGAM, disponível. Foi gravado,
120 pessoalmente, e até com a ajuda da AGB Peixe Vivo nós fizemos essa gravação.
121 O professor autorizou, e quem quiser fazer esse treinamento pode fazer. Nós
122 conseguimos zerar o passivo de autos de infração que tínhamos. Eram 6 mil
123 autos de infração, e conseguimos dar andamento aos 6 mil autos de infração.

124 Conseguimos também trabalhar na prestação de contas de convênios. Quando
125 eu entrei aqui, todo mundo falava que tinha que dar andamento. Então isso está
126 também praticamente zerado. O que estamos analisando agora são retornos de
127 recursos. Conseguimos também aprovar o sistema de uso insignificante on-line, e
128 isso só foi conseguido com a ajuda do governo. Houve um investimento nosso
129 junto ao secretário de Fazenda. A própria Secretaria de Fazenda contratou uma
130 equipe para implantação desse sistema de uso insignificante on-line. Eu participo,
131 com o secretário, de reuniões quinzenais, às terças-feiras, um grupo estratégico
132 do governo, liderado pelo secretário José Afonso, e com o presidente do BDMG.
133 Eu tive o reconhecimento de poder participar desse grupo, quinzenalmente.
134 Outros pontos também que eu gostaria de abordar são o início da cobrança na
135 bacia do Pará, a questão do regimento interno dos Comitês, os novos regimentos
136 e as eleições dos 35 Comitês de Bacias; instalação de estações termoeletricas
137 em tempo real. E eu não poderia deixar de destacar a atuação do IGAM quando
138 do desastre ambiental da Samarco. No dia seguinte, nós já estávamos em campo
139 levantando, em vários pontos selecionados, a análise dos parâmetros que
140 consideramos pertinentes e produzindo relatórios diários. E as medições também
141 eram diárias. Isso hoje se desdobrou em um programa de monitoramento de
142 qualidade da água muito moderno, entre o IGAM, o órgão do Espírito Santo, a
143 ANA, com instalação de várias plataformas. São pelo menos 22 plataformas de
144 coleta de dados em tempo real na bacia do rio Doce. Hoje então a bacia do rio
145 Doce conta com 90 pontos de monitoramento, sendo 22 em tempo real, com
146 avisos na sala de situação, onde é acompanhada a situação da qualidade das
147 águas do Doce. É claro que, mesmo com esses avanços todos, ainda temos
148 muita coisa a fazer, como a questão da regulamentação das agências e
149 entidades equiparadas, regulamentar o contrato de gestão; a questão do
150 monitoramento hidrogeológico, a modernização do sistema de informações, que
151 está em curso, inclusive. Nós então mencionamos a importância da publicação do
152 decreto de competências. Nós tramitamos de forma pessoal, o IGAM discutiu
153 com a Seplag, discutiu com a Casa Civil, então nós acompanhamos toda a
154 tramitação do decreto de competências. Por questões externas à SEMAD, ele foi
155 devolvido para ajustes tributários. Praticamente, não haviam ressalvas, porque
156 nós fizemos uma construção, inclusive, com o jurídico da Seplag. E foi devolvido
157 para esses ajustes tributários, porque parece que o Estado vai passar por alguma
158 modernização em seu sistema tributário. Eu estou falando isso para comunicar
159 aos senhores conselheiros que eu solicitei meu desligamento do IGAM, mas eu
160 gostaria de destacar que foram por motivos, realmente, pessoais, estritamente
161 particulares, ligados a questões familiares. Não estou doente, ninguém me
162 pressionou para nada, não há nada disso. São questões estritamente pessoais,
163 que eu não consigo conciliar as questões que eu tenho de resolver da minha
164 família com o tempo que o IGAM precisa de dedicação. Como eu sou uma
165 pessoa da área de recursos hídricos e sempre acompanho tudo, eu posso
166 contribuir com o Sisema, até porque eu acho que nós fizemos muita coisa juntos

167 nesta gestão. Então eu gostaria de destacar que qualquer suspeita de que eu
168 tenha pedido exoneração por outro motivo não é verdadeira. É, sim, por motivos
169 particulares, e que eu abri para o secretário Jairo, que foi a pessoa com quem eu
170 conversei sobre esse assunto, e com o secretário Germano, em seguida. Então é
171 uma questão de decisão minha, mesmo, até porque nós estamos no curso de um
172 processo, mas eu acho que o IGAM está fortalecido e que um órgão fortalecido
173 consegue ir em frente. E o secretário, preocupado, inclusive, com uma gestão
174 técnica. Então eu vou entrar de férias a partir de amanhã, e nas minhas férias eu
175 vou ser substituída pelo Heitor, que vocês conhecem, da minha equipe, um
176 diretor que eu escolhi, que vai responder pelo IGAM no meu período de férias. É
177 um técnico do IGAM da área da hidrologia, que também dá aula, uma pessoa que
178 tem atuação técnica também. Eu gostaria de reverenciar o secretário Jairo, que
179 não está aqui porque tem uma reunião na Controladoria. Mas eu gostaria de
180 reverenciar e agradecer ao secretário Jairo pela confiança, pelo respeito e pela
181 atenção. Ele sempre me distingue – vocês são testemunhas – em todas as falas
182 dele, seja aqui no Conselho, seja fora. Às vezes, eu nem estou presente, e ele
183 sempre me distingue como uma das pessoas em que, realmente, ele se apoia em
184 questões de decisões, para representá-lo. Como eu disse, essa reunião do
185 Comitê Temático foi uma decisão dele, lá só tem lideranças e secretários de
186 Estado, e eu assisto e participo de todas as reuniões. Eu gostaria também de
187 agradecer ao secretário Sávio – uma parte do meu mandato foi com o secretário
188 Sávio, de 2015 até início de 2016 - por ter me escolhido, junto com o governador,
189 para dirigir essa instituição tão relevante. E o secretário Jairo que me manteve.
190 Ele tinha a liberalidade, a discricionariedade de sugerir outra pessoa e não fez
191 isso. Eu também gostaria de fazer um agradecimento muito especial ao
192 governador Fernando Pimentel, porque ele me deu uma grande oportunidade de
193 participar do governo dele. É com muito orgulho que eu participo do governo dele.
194 Porque eu consegui realizar ações tão importantes. Eu tive cargo na ANA, no
195 Ministério do Meio Ambiente, fui secretária adjunta aqui do Estado. Então é
196 importante quando conseguimos ver o fruto do que fizemos, como hoje eu vejo
197 vários vestígios de coisas que fizemos quando eu era secretária adjunta, em
198 2002. Então é muito gratificante essa oportunidade que me foi dada, e isso
199 demonstrou o compromisso do governador com uma gestão técnica. A minha
200 escolha foi técnica. Claro que eu tenho uma experiência executiva, mas ele
201 agregou a questão da gestão técnica com a experiência executiva de muitos anos
202 de atuação e até de ocupação de cargos de gestão e de execução. Eu agradeço
203 ao governador porque eu fui secretária por um período muito curto, mas fui
204 secretária escolhida por ele, substituindo o secretário Sávio até a vinda do
205 secretário Jairo. Por pouco tempo, mas fui a única mulher a ter sido secretária de
206 Estado de Meio Ambiente. Eu não me lembro de outra. Já tiveram secretárias
207 adjuntas, mas secretária de Meio Ambiente, não. Então, mesmo que por pouco
208 tempo. E eu acho que o secretário Jairo me distingue muito por isso também,
209 que, com muita tranquilidade, nós fizemos essa transição do Sávio para mim, e

210 minha para ele. E eu não podia deixar de falar com vocês aqui e reiterar os
211 agradecimentos a esta brilhante equipe do IGAM. Nós somos poucos e
212 precisamos aumentar. Nós criamos, nessa lei, um IGAM muito mais forte, e com
213 certeza vai ter um processo para essa consolidação do fortalecimento do IGAM.
214 Mas eu sou muito exigente, do ponto de vista técnico, leio praticamente tudo que
215 chega lá, principalmente se for de cunho técnico. Nós discutimos antes das
216 reuniões. Então toma, realmente, muito tempo a nossa gestão, e eles me
217 representam, muitas vezes, fora do IGAM, se preparam para isso. E não é à toa
218 que hoje Minas Gerais tem o primeiro presidente de Câmara Técnica de Outorga
219 do Conselho Nacional, que é o Thiago. Então nós temos muitas deferências à
220 equipe do IGAM em toda a atuação, porque eu gosto de trabalhar, realmente, de
221 forma compartilhada com toda a equipe. Então eu não posso deixar de agradecer
222 à minha equipe de dirigentes: Marley, Thiago, Heitor, Danilo, Dr. Rafael, nosso
223 procurador-chefe. Nós construímos muitas coisas em conjunto. E não poderia
224 deixar de mencionar a Thaís, que foi minha chefe de gabinete, companheira de
225 trabalhar até 9h, 10h da noite, na Cidade Administrativa. Eu agradeço os Comitês
226 de Bacia pela aproximação, o companheirismo. Eu acho que o sistema,
227 realmente, tem que ser cada vez mais fortalecido. A este Conselho aqui por ter
228 me acolhido. Vocês me acolheram sempre com muito carinho, com muita
229 atenção, com muita exigência também, e nós fomos aprendendo. Das cerca de
230 20 reuniões de Conselho que tiveram desde que eu assumi o IGAM, desde março
231 de 2015, eu coordenei, certamente, mais de dez. Então eu já tinha perdido a
232 experiência, porque eu coordenava quando era adjunta, então vocês tiveram
233 essa paciência de construirmos uma gestão conjunta com as Câmaras Técnicas.
234 Então agradecer aos senhores conselheiros. Este Conselho é muito nobre, muito
235 respeitado, as decisões daqui são, inclusive, replicadas em outros lugares. Então
236 eu gostaria de reforçar que qualquer outra atribuição à minha saída diferente do
237 que eu falei não é verdade. Então eu vou agradecer a vocês.” Conselheiro
238 Leonardo Romano: “Eu não poderia deixar de cumprimentá-la pelo seu período
239 no IGAM e dizer que acredito que a vida é feita de decisões e ciclos. Que você
240 seja feliz na decisão que tomou e no novo ciclo que começa. Eu quero falar de
241 um assunto sobre o qual nós precisamos do envolvimento da SEMAD, que é um
242 impasse que está havendo, especialmente na região de Furnas, com relação ao
243 licenciamento dos empreendimentos. Pelo seguinte. A ANA reservou para
244 Furnas, assim como fez para outros reservatórios – mas lá é mais crítico – uma
245 capacidade de suporte para os parques aquícolas. Esses parques foram licitados
246 por volta de 2009, e até hoje não houve uma ocupação. Então nas áreas
247 aquícolas os empreendedores individuais não conseguem licenciamento. E aí
248 vem o Ministério Público fazendo, corretamente, o trabalho dele, autua esses
249 empreendedores. Então nós estamos em um círculo e temos que achar uma
250 saída. Aí, eu gostaria de pedir o envolvimento e o esforço da SEMAD. Nós temos
251 que achar uma saída legal, mas talvez um raciocínio fora da caixa, para ver como
252 é possível tratar esse assunto, seja obrigando os adjudicados a se manifestarem

253 e ocuparem as áreas, com o objetivo de liberar alguma área para os novos
254 empreendimentos. Então eu gostaria de registrar. E nós da Câmara Técnica de
255 Aquicultura estamos prontos e dispostos para ver qual o fio da meada para
256 chegar a uma solução que é importante para o segmento.” Conselheira Irany
257 Maria de Lourdes Braga: “Antes de mais nada, Fátima, eu queria agradecer,
258 profundamente, por ter conhecido uma pessoa da sua capacidade técnica e
259 executiva. Foi ímpar, realmente, a sua estada aqui, e quem está perdendo com
260 isso somos nós. Nós que queremos ver este Estado andando para frente com
261 relação à gestão de água. Eu espero que a pessoa que possa ocupar o seu lugar,
262 realmente, venha e possa dar continuidade ao trabalho excelente, que eu sei que
263 foi de luta e que tenha muita força para continuar fazendo o que você está
264 fazendo. Agora, eu queria só fazer só um comunicado como presidente da CTIG.
265 Na 55ª reunião, nós tivemos uma apresentação do Fórum Mineiro de Comitês de
266 Bacias Hidrográficas solicitando apoio, através de uma moção, ao cumprimento
267 da Resolução 76/2007, que fala da gestão de água mineral. Então houve uma
268 apresentação do Fórum Mineiro para nós, que nós pedimos que acontecesse
269 essa apresentação, e ficou decidido e definido, nessa reunião, que na reunião
270 aqui eu deveria estar falando para vocês sobre o assunto e sugerindo que a
271 diretoria do IGAM pudesse convidar o antigo DNPM para uma visita, uma reunião
272 cordial para tentar ver o que se poderia fazer para uma gestão conjunta em
273 questão de águas minerais.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho:
274 “Nós já demos alguns encaminhamentos sobre essa temática em relação,
275 inclusive, a articulações com o DNPM. Nós anotamos isso para depois
276 esclarecer. Eu sei que estamos tentando assinar um termo de cooperação. O
277 problema é que, pelas mudanças no DNPM, inclusive, se vira agência ou não,
278 eles estão com esse processo lá tem muito tempo, esse processo desse termo de
279 cooperação.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: “Eu vou tomar
280 emprestadas as palavras da Irany, as palavras iniciais, que foram justamente o
281 que eu queria falar. Para não repetir, Fátima, eu só gostaria de agradecer muito a
282 sua interação constante com todos. Eu falo pelo setor produtivo, mas não só com
283 o setor produtivo. Eu já tive em reunião de Fórum de Comitês em que vi você
284 dando seu e-mail pessoal e falando que ia fazer reuniões e mais reuniões, enfim,
285 convergir ideias. Isso é uma coisa rara, uma coisa que agradecemos e
286 esperamos que continue com o Heitor. Eu não conheço o Heitor, mas tenho
287 certeza de que é uma pessoa técnica e que vai seguir esses passos também.
288 Realmente, é uma perda para nós, mas que a sua decisão seja a mais acertada
289 para a sua vida e que seja tudo na melhor das direções. E que suas contribuições
290 continuem vindo. Se não pudermos ter a Fátima 100%, que possamos ter a
291 Fátima em um percentual menor.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias
292 Coelho: “Eu ajudei a construir a Lei 13.199, trabalhei no texto da 13.199 como
293 pesquisadora do Cetec, no Estado. Então essa área, realmente, eu não
294 abandono nunca.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: “Que bom saber.
295 Dessa carga de experiência nós precisamos sempre. E eu queria aproveitar e já

296 me justificar. Eu tenho uma viagem nesta semana toda, já estava planejada, e aí
297 a reunião é extraordinária. Então eu vou chegar atrasada ao compromisso para
298 estar aqui em um pedaço de hoje. Mas daqui a pouco eu vou ter que sair. E já
299 aproveito para justificar.” Conselheiro Elbert Figueira Araújo Santos: “Eu queria
300 parabenizar e desejar sucesso na sua nova caminhada, agradecer por sua
301 dedicação, pelo empenho, por sua forma de conduzir o IGAM e as reuniões aqui
302 no Conselho. Vai fazer falta. E, como eu não poderia deixar de falar, na Arsae
303 nós estamos em um processo de reformulação da legislação técnica-operacional
304 no que diz respeito aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento
305 sanitário. A resolução de esgoto vai ser uma resolução bastante inovadora,
306 porque não existe uma legislação semelhante no Brasil, e está em processo de
307 consulta interna para depois ser aberta a consulta externa. A partir do momento
308 em que estiver, eu conto com a participação de todos vocês para contribuir de
309 forma bem qualificada, para que o produto desse esforço seja feito de maneira a
310 atender todos os segmentos. As coisas estão sendo construídas de forma bem
311 participativa, bem democrática.” Conselheiro Bérqson Cardoso Guimarães: “Eu
312 gostaria de fazer uma proposição no sentido de que nós conselheiros possamos
313 também ser mais responsáveis pelas pautas das reuniões, no sentido de
314 proposição de políticas públicas também como conselheiros. Ou seja, que nós
315 possamos ser mais atores das políticas públicas de recursos hídricos em Minas.
316 E dentro dessa concepção, Maria de Fátima, eu gostaria de propor, já nesta
317 reunião, que nós pudéssemos pensar um protocolo de intenções, até em função
318 do avanço que foi feito sobre a legislação – da qual você foi muito responsável –
319 das áreas de restrição de uso das águas subterrâneas. E nós vemos essa
320 evolução na fala da Irany, já propondo e falando sobre uma resolução conjunta
321 do CNRH com o Conama, que tem dez anos. Essa resolução, que é federal,
322 praticamente, não é aplicada. Essa que é a realidade. Então eu acho que esse
323 esforço, sempre saindo de Minas, é sempre salutar. Eu acho que é uma
324 responsabilidade nossa também. E eu gostaria de propor que nós pudéssemos
325 pensar um protocolo de intenções de acompanhamento, monitoramento e gestão
326 das águas subterrâneas no nosso Estado. Não, de forma nenhuma, tentando
327 assumir o papel do Estado – não é nesse sentido, essa é uma outra questão –,
328 mas no sentido de que no terceiro setor, o setor produtivo, as instituições como a
329 Abes, a Abas, com a importância da Associação Brasileira de Águas
330 Subterrâneas, nós possamos, a exemplo do que foi feito em Santa Catarina, com
331 muito sucesso, nós possamos ter um protocolo de intenções e possamos ter uma
332 atuação mais ativa no apoio ao Estado no acompanhamento dessa gestão e
333 monitoramento das águas subterrâneas do nosso Estado. Eu acho que até a
334 próxima crise hídrica – é assim que funciona, infelizmente –, não há uma
335 perspectiva de ser uma política de Estado, realmente, as políticas hídricas e das
336 entidades estatais que cuidam e fazem essa gestão. Infelizmente, é isso que nós
337 observamos. E nesse aspecto eu queria te dar os parabéns, Fátima, pela forma
338 como você faz essa gestão, com conhecimento de causa, sempre ouvindo a

339 todos, a todos os lados, com competência, pela sua formação, pelo seu
340 conhecimento. Parabéns.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu queria
341 ocupar este espaço para chamar a atenção, mais uma vez, agora com
342 informações mais concretas, e, infelizmente, cujos resultados dessa informação
343 são extremamente negativos. Nós temos alertado aqui que a construção de
344 poços tubulares para irrigação na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
345 está causando um impacto muito grande nas águas superficiais. Quando eu falo
346 ‘muitos poços’, eu digo assim de uma fazenda com outorga para mais de 20
347 poços, com vazão, cada poço, com 40 mil, 50 mil litros por hora, vazões
348 excelentes, e para tocar pivô central. Eu sou defensor da irrigação, só que feita
349 de uma maneira mais inteligente, vamos dizer assim, no mínimo, para não dizer
350 outra coisa. E o que aconteceu? Essa última chuva que ocorreu, há cerca de dez
351 dias, ali na região que estamos monitorando – Iraí de Minas, o rio Bagagem, as
352 nascentes do rio Bagagem – a média de chuva lá foi de 100 milímetros. A água
353 superficial não aumentou nenhum milímetro. Antes da existência desses poços,
354 uma chuva dessa de 100 milímetros já tinha um impacto na vazão da água
355 superficial. E isso não aconteceu. Ou seja, a recarga que está havendo é,
356 simplesmente, para repor aquela água, que o nível estático está lá embaixo.
357 Ponto. Abaixo, inclusive, da drenagem do nível de base dos talwegues dos
358 córregos, das nascentes. E tudo isso é legal. Isso que é pior. Não existe uma
359 normativa para disciplinar os poços, a construção desses poços, para irrigação
360 para alta vazão. Isso é muito preocupante. É um tiro no pé que os produtores
361 estão dando na medida em que eles estão inviabilizando suas próprias represas,
362 e as represas não estão se recuperando, porque não tem água. A água está
363 sendo, primeiro, a prioridade, elevar esse freático, saturar o solo, para depois ter
364 uma drenagem basal que vai sustentar o resto do ano. Então eu alerto este
365 Conselho. Nós precisamos, urgentemente, estudar essa questão. Realmente, é
366 muito sério. O Demae de Uberlândia fez reclamação, foi ao Ministério Público,
367 que consultou o IGAM, e a resposta do IGAM: ‘É legal’. Não tem legislação. E
368 agora nós precisamos começar a fazer estudos mais sérios em relação a isso.
369 Fátima, tudo de bom que falaram de você eu endosso, assino embaixo e
370 aumento 100%.” Conselheiro Ednard Barbosa de Almeida: “Eu não posso deixar
371 de fazer coro aqui com os demais conselheiros. Desejar sucesso, Maria de
372 Fátima, à sua empreitada, à sua vida pessoal. Essa definição, eu tenho certeza
373 que não é fácil chegar a um consenso desse, o conflito interno deve ter sido bem
374 grande. Dizer também que nem quando uma betinense ocupa o cargo de diretora
375 geral do IGAM o município de Betim foi tão próximo do IGAM. Eu tenho certeza
376 de que isso foi reflexo nos outros municípios também. É uma gestão dinâmica
377 que você trouxe, próxima, se colocou à disposição, esteve conosco em Betim
378 proferindo palestra, apresentando dados da qualidade e quantidade de água na
379 nossa região. Então só desejar sucesso. Saiba que você tem um amigo aqui.
380 Sempre que precisar, pode me procurar que eu vou estar à sua disposição.”
381 Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu não poderia passar em branco. Quero

382 deixar meu agradecimento, em público, ao trabalho que a Fátima fez perante o
383 IGAM. Acho que em um momento muito difícil de escassez hídrica, que nós
384 estamos passando ainda, que é inédita, e a Fátima, com profissionalismo,
385 dedicação, disponibilidade. Eu acredito que nós crescemos muito nesse período
386 de escassez, e eu posso até ressaltar e dar como exemplo a DN 49, que
387 estabeleceu os critérios de escassez hídrica, a questão do cadastro de uso de
388 insignificante on-line. Eu acho que nesse período, Fátima, em que você esteve
389 aqui, foi bom para o Estado. Eu posso dizer, até pela declaração da prefeitura,
390 como Copasa também, a facilidade de acesso e a proximidade que nós empresas
391 públicas tivemos sempre com o IGAM, não só com a Fátima, mas com os
392 técnicos também, com a equipe. E eu acredito que vamos ter essa continuidade
393 com o Heitor, que está assumindo essa tarefa nas suas férias. Aproveitando
394 também, eu gostaria de fazer um convite. Nos dias 24 a 27/10, a UFMG, em
395 parceria com a Copasa, vai promover um workshop, parte na Copasa e parte na
396 UFMG, onde vai ser discutida a questão de recursos hídricos de mananciais
397 estratégicos em regiões metropolitanas brasileiras. Vai ter a presença de técnicos
398 do Brasil e do exterior, e a inscrição é gratuita. As pessoas que estiverem
399 interessadas podem buscar no site da UFMG, que vai ser bem interessante. Eu
400 acho que a programação está apresentando trabalhos de técnicos dos municípios
401 que foram muito afetados, a experiência de municípios que foram muito afetados,
402 com aqui em Minas Gerais, São Paulo e Brasília. E estão todos convidados.”
403 Conselheiro Jadir Silva Oliveira: “A minha fala aqui mesmo, Fátima, é para dizer
404 que foi um período interessante a sua passagem. Nós passamos pelas
405 instituições, principalmente públicas, e fazemos parte da construção. Uns fazem
406 parte de tirar alguns tijolos, e outros, de construir. E a sua passagem pelo IGAM
407 eu acho que foi de colocar muitos tijolinhos na base, onde precisamos, realmente,
408 trabalhar. Agradecer pela sua maneira simples de nos atender. Todas as vezes
409 que tivemos que demandar seu trabalho foram de maneira completamente
410 desburocratizada, falamos em corredor, e as decisões foram tomadas. Eu te
411 agradeço muito por isso em nome de todo o nosso setor. Claro, trabalhando
412 como você trabalhou no IGAM e vem trabalhando, o componente de recursos
413 hídricos e ambiental vai estar sempre vivo em sua vida. Mas eu acho que essa
414 tomada de decisão é, realmente, difícil. Por isso não vou lamentar sua saída. Mas
415 só te desejar muitas felicidades e um agradecimento público por tudo que você
416 fez, da forma simples. Não só que você nos atendeu, mas, no seu período, toda
417 sua equipe também foi muita aberta, muito fácil de trabalhar. Muito obrigado e
418 felicidades para você.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu vou lamentar.
419 Realmente, eu lamento a sua saída. Eu acho que um pouco da sua explicação de
420 ter sido uma coisa, sobretudo, de cunho pessoal foi por causa de uma nota que o
421 Fonasc escreveu, que você me disse, há pouco, que não gostou da nota. Mas
422 nessa nota nós não dissemos que você saiu por pressão, nós dissemos que você
423 estava insatisfeita, e são as informações que nós recebemos. Quando a pessoa
424 tem problemas pessoais para resolver, e o trabalho é menos estimulante do que

425 deveria, com corte de recursos... Quanto saiu para o Fhidro neste ano? Nós até
426 ressaltamos na nossa nota. Tinha R\$ 87 milhões previstos, e o Estado editou um
427 decreto diminuindo para R\$ 24 milhões ou algo do gênero, e até 21 de setembro
428 tinham sido gastos menos de R\$ 6 milhões. Quer dizer, 6% do valor da LOA e
429 20% do valor, com o corte de mais de 70%. Desses R\$ 5,5 milhões ou R\$ 5,4
430 milhões aplicados nesse período, mais de 70% foram para atividades do próprio
431 Estado. Há quanto tempo você está esperando a reforma, que vai fazer quatro
432 diretorias no IGAM? O que eu acho que talvez ainda seja pouco, dependendo das
433 diretorias. Há quanto tempo está esperando isso? Quando o governo assumiu e
434 fez uma primeira reforma administrativa, nós publicamos na nossa nota, ele lotou
435 na SEMAD, criou três subsecretarias, e essas três subsecretarias, com mais o
436 gabinete, com mais de 20 diretorias, não sei quantas superintendências. Quer
437 dizer, o Sistema Estadual de Meio Ambiente não é para fazer política de meio
438 ambiente no sentido proativo, é para licenciar. Então eu acho que esses são
439 fatores que, na hora em que você pesa o lado pessoal e o lado profissional, você
440 acaba sendo estimulada a tomar a decisão que você tomou. Você poderia ter
441 ficado mais, mas o que vai acontecer no ano que vem? Vai vir a Advocacia Geral
442 do Estado falando que não pode gastar dinheiro nisso, nisso e naquilo. Então eu
443 lamento e vou dizer por que eu lamento, especialmente. Porque eu ouço, de
444 várias pessoas com quem eu converso no dia a dia com o IGAM, que você é uma
445 pessoa que as estimula a trabalhar, muitas delas gostam do seu trabalho. Então
446 nós saberemos se a mudança foi para igual ou para melhor dependendo de quem
447 colocarem no seu lugar, dependendo da agenda. Por exemplo, nós estamos com
448 o grupo de trabalho de monitoramento para fazer uma reunião conjunta que até
449 hoje não foi marcada. Se essa agenda vai ter efetividade. Se não tiver, se
450 botarem um cara ou uma cara totalmente refém, que segue a pauta dos usuários,
451 então nós vamos saber por que você saiu, mesmo que tenha sido por decisão,
452 única e exclusivamente, sua. Eu lamento e agradeço pelo período em que você
453 esteve aqui. Eu acho que nós fazemos parte daquilo de bom que você fez, nós
454 ajudamos nas DNs, e nós fazemos parte daquilo de bom que você não conseguiu
455 fazer, porque talvez faltou a nós mais força política para apoiar uma gestão
456 melhor, porque você é merecedora dela.” Presidente Maria de Fátima Chagas
457 Dias Coelho: “Eu reconheço, realmente, a participação de todos vocês, inclusive
458 da própria sociedade civil. Destacar não só a sociedade civil no contexto dos
459 Comitês, mas nessa construção. Inclusive, porque o nosso secretário recebe as
460 ONGs, mensalmente. Nós temos a orientação, e, volto a dizer, é uma orientação
461 de governo. Nós agimos por orientação do governo. É claro que tem a postura
462 pessoal de cada um, o jeito de cada um lidar, mas nós recebemos a sociedade
463 civil, e tem sido muito gratificante, com sugestões, críticas, as críticas
464 construtivas. E nós temos aproveitado essa questão de estar discutindo,
465 mensalmente, com a sociedade civil, e muitas vezes sob a coordenação pessoal
466 do secretário Jairo.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Fatima, eu queria
467 que você anunciasse o seminário que vai acontecer, essa semana, por iniciativa

468 sua também e da equipe que trabalhou com você.” Presidente Maria de Fátima
469 Chagas Dias Coelho: “Vocês estão convidados. Nos dias 18 e 19, nós vamos
470 fazer um seminário para discutir áreas de restrição de uso. Nós identificamos, e
471 foi muito bem apontado na Câmara Técnica de Planos. O que são áreas de
472 restrição de uso? O Plano de Bacia carece dessa determinação. São dois pontos
473 muito importantes: prioridade de outorga e áreas de restrição de uso. Essas
474 discussões estão pegando, e parece, realmente, uma iniciativa pioneira porque
475 eu estou recebendo pedidos do Rio de Janeiro para participar, gente do Conselho
476 Estadual do Rio. Eu recebi ontem um pedido da pessoa que preside o Conselho,
477 porque lá quem preside o Conselho não é o secretário. E, realmente, parece que
478 é uma repercussão positiva. Eu acho que essas discussões com grandes
479 profissionais com quem vamos ter a oportunidade de debater e construir o que é
480 área de restrição, a questão do monitoramento hidrogeológico. Então nós temos
481 muitas coisas para fazer, fizemos muitas e vamos em frente.” Conselheiro
482 Odorico Pereira de Araújo: “O que eu quero falar é que nós temos que respeitar a
483 vontade das pessoas, porque não podemos ficar julgando o que achamos que
484 não é correto. Eu fico muito preocupado com isso, porque nós temos que buscar
485 sempre uma pauta construtiva e respeitar a opinião de todo mundo. Quando
486 somos chamados pela família, nós temos que correr e abraçar a família. Foi isso
487 que meu pai me ensinou. Então a gente nunca julga o que as pessoas fazem,
488 mas as ações delas. Agora, eu também gostaria de agradecer. Todos os pedidos
489 que nós fizemos em relação à sua participação nós recebemos e agradecemos
490 muito. Você foi sempre solícita aos nossos pedidos e sempre levando as
491 dificuldades que o Estado vem sofrendo. E nós sempre procuramos levar uma
492 pauta positiva para que crescêssemos juntos. Esse é o espírito que levamos a
493 todas as repartições em que participamos. Muito obrigado. Desejamos que você
494 seja bem feliz junto à sua família.” Conselheira Cintia Ribeiro de Freitas: “Fátima,
495 eu não poderia deixar, em nome da OAB, de parabenizar pelo seu trabalho,
496 apesar do nosso pouco tempo de convivência. Dizer que eu tenho um
497 testemunho pessoal: o atendimento é personalizado, por meio do WhatsApp,
498 para atender todas as demandas. Apesar de ser breve o registro, eu endosso as
499 palavras de todos os conselheiros que me antecederam e te desejo sorte. E
500 gostaria de dizer mesmo que você fez um grande diferencial e superou toda a
501 ausência de corpo técnico, toda a ausência de operacional com o seu dinamismo,
502 com o seu trabalho efetivo e personalizado para atender a todas as demandas.
503 Eu sei exatamente o que é se desdobrar como você tem se desdobrado. E queria
504 aproveitar o ensejo para convidar a todos os conselheiros, que nós faremos nos
505 próximos dias 10 e 11, em Mariana, um seminário de meio ambiente e
506 mineração, em parceria com a Associação dos Municípios Mineradores,
507 Ministério Público e Tribunal de Justiça, para discutir temas como a questão da
508 segurança de barragens, as últimas modificações na Cefem e também a nova
509 modalidade de licenciamento ambiental municipal. Estão todos convidados. São
510 temas que podem não afetar diretamente este Conselho, mas de forma indireta,

511 com certeza. São 150 vagas, as inscrições são gratuitas e nesta semana já vão
512 estar disponíveis no site da OAB e replicadas no site da Associação dos
513 Municípios Mineradores. Aqueles que tiverem interesse corram lá, porque as
514 vagas são limitadas, e o seminário será concorrido.” Anderson Silva de Aguiar,
515 subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “Eu vou aproveitar aqui o
516 momento também, como dirigente da SEMAD, representando a Secretaria de
517 Estado, e fazer também os agradecimentos à Fátima pelo trabalho grandioso que
518 ela desenvolveu durante todo esse tempo, a proximidade que sempre tivemos.
519 Principalmente na minha pasta, que representa a regularização ambiental, que,
520 transitoriamente, nós temos tratado das outorgas, sempre tivemos o apoio, a
521 cooperação e toda a atenção que a Fátima dá a todos, como foi testemunhado
522 aqui. A Fátima, realmente, não é uma pessoa de correr de trabalho, de correr de
523 desafio. Ao contrário, ela encara, realmente, de frente, dá o e-mail, o telefone
524 pessoal, conversa no WhatsApp em horários noturnos, final de semana também.
525 E eu acho que é importante fazer esse deferimento à pessoa dela. É claro que
526 todo mundo sente muito a sua saída, por um problema pessoal. Eu lamento,
527 realmente. Ela tem deixado agora uma equipe técnica muito bem alinhada, com
528 entendimento institucional e também com avanço técnico muito grande, trazendo
529 grandes nomes brasileiros da hidrologia para tratar de assuntos dessa temática
530 tão importante que são os recursos hídricos, fazer treinamento também e
531 capacitação. A equipe do IGAM hoje é uma equipe extremamente alinhada
532 graças a esse trabalho muito grande que a Fátima desenvolveu. E neste
533 momento eu acho que nem cabe para a Fátima um adeus, mas um até breve,
534 porque daqui a pouco ela pode retornar e contribuir, já que a sua contribuição é
535 tão importante para todos nós. Tendo feito esse agradecimento em nome da
536 SEMAD, eu gostaria de passar aqui por dois pontos. O primeiro, já que foi citado
537 aqui sobre a reforma administrativa da SEMAD, sobre remodelagem, e o decreto
538 da remodelagem em relação ao IGAM ainda não ter sido publicado, algumas
539 considerações são importantes. Primeiro que não é uma reforma administrativa, é
540 uma remodelagem. Isso quer dizer que, para criar as unidades que foram criadas,
541 outras deixaram de existir. Então foram extintos alguns núcleos, decorrentes da
542 estrutura da SEMAD, para que fossem criadas algumas diretorias. E isso pela
543 importância que cada assunto tem em relação à sua matéria praticada. Eu vou
544 dar aqui dois exemplos importantes. A educação ambiental era o Núcleo de
545 Educação Ambiental e passou para o status de assessoria, que é superior ao
546 status de diretoria, inclusive, dada a importância que tem a educação ambiental
547 no cenário estadual e no cenário brasileiro também. Era necessário promover
548 essa adequação. Para isso, foram extintos o Núcleo de Educação Ambiental e o
549 Núcleo de Controle Processual, para criação dessa assessoria. A mesma coisa
550 aconteceu com a Diretoria de Apoio aos Municípios, que havia tido o status de
551 diretoria, no passado, e passou para o status de núcleo, ou seja, um status bem
552 menor, e hoje tomou o status de diretoria, também tendo em vista a importância
553 do assunto ao qual se dedica, que são a gestão municipal e o apoio ao ente

554 municipal. Exemplos são vários, mas todos eles foram levando o critério de que
555 não se poderia criar nenhuma unidade administrativa que trouxesse custos para o
556 Estado. Tinha que se trabalhar com recurso financeiro que já se tinha alocado.
557 Então a remodelagem, e não reforma administrativa, aconteceu nesses moldes.
558 Do mesmo jeito que tem a mesma linha direcionada para o IGAM, FEAM e IEF,
559 também vai ser uma remodelagem e não uma reforma administrativa. Então
560 estão se criando novas unidades administrativas com custos maiores para o
561 Estado, trocando algumas unidades administrativas por outras tendo em vista a
562 sua importância e a necessidade que o Sisema como um todo necessita do
563 fortalecimento dessas unidades administrativas. Outro ponto a ser colocado é
564 que, independente do que se vem colocando em outras formas de publicação, o
565 que vale é aquilo que a pessoa que ocupa o cargo está colocando. Então a
566 Fátima não está saindo por nenhum problema interno do Sisema. Não tem
567 nenhuma divergência entre a SEMAD ou qualquer uma das casas vinculadas,
568 seja o próprio IGAM, FEAM ou o IEF. Ao contrário, nós temos reuniões de
569 dirigentes do Sisema, semanalmente, dividimos todos os assuntos em uma
570 reunião coletiva entre os dirigentes máximos e os outros dirigentes, e essas
571 decisões são tomadas em comum acordo e pelas avaliações do cenário que está
572 colocado. Entrando na questão dos parques aquícolas, foi muito interessante a
573 fala do Leonardo porque traz uma oportunidade de explicar e trazer também
574 novidades sobre esse assunto. Foram licitados 13 parques aquícolas, sendo seis
575 no Estado de Minas Gerais. Desses seis, três não foram para frente, e três
576 entraram em processo de licitação. Posterior a isso, eles passaram pelo processo
577 e estão, na verdade, no processo de regularização ambiental. A um dos parques
578 já foi concedida a LO, com validade até 2027. Os outros estão em fase de LI.
579 Mas, com a vinda do Decreto 47.137, eles vão passar pela fase concomitante de
580 LI e LO. Nós temos mantido um contato permanente com o Ministério do
581 Desenvolvimento, que é o gestor dessa pasta e é quem detém a outorga para
582 utilização dessa capacidade de suporte que foi colocada pela ANA para utilização
583 do recurso hídrico. A partir da LO concedida pelo Ministério do Desenvolvimento
584 e as outras duas, porque tem três partes aquícolas em Minas Gerais, o Ministério
585 do Desenvolvimento vai decidir se vai dar continuidade ao projeto ou se vai abrir
586 mão do projeto e, então, comunicar à ANA para que a capacidade de suporte
587 possa ser disponibilizada para os outros produtores de tanque-rede, um número
588 superior a cem produtores. Mas fica a cargo total do Ministério do
589 Desenvolvimento essa decisão se vai continuar o parque aquícola, se vai
590 recepcionar os produtores dentro desse parque aquícola ou se vai disponibilizar
591 essa capacidade de suporte. O que cabe ao Estado é fazer a decisão do
592 processo de licenciamento. Então já está decidido, uma LO já foi concluída, e os
593 outros dois parques aquícolas já estão em fase de LI concomitante com LO.
594 Então o Estado de Minas Gerais, neste momento, no que tange a regularização
595 ambiental, só tem o julgamento das licenças como tarefa. Cabe ao Ministério do
596 Desenvolvimento e Exportação decidir como vão ser operacionalizados os

597 parques aquícolas. Essa decisão vem de Brasília. Só reafirmo aqui que nós
598 temos mantido contato permanente. Hoje mesmo eu conversei com o analista de
599 lá, o Renato, e trocamos e-mail, inclusive com essa informação que eu estou
600 trazendo aqui para o Conselho, e em breve vamos ter uma reunião, em Brasília,
601 para acertar e refinar os andamentos desses processos.” Conselheiro Gustavo
602 Tostes Gazzinelli: “Presidente, eu pedi para complementar para nós quanto à
603 modelagem.” Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de Regularização
604 Ambiental/SEMAD: “Essa informação é muito difícil. A Fátima até colocou aqui na
605 sua fala que o decreto foi construído, tem uma ampliação de unidades
606 administrativas, e não é reforma administrativa, mas remodelagem. Então estão
607 sendo extintas algumas unidades administrativas para criação de outras. Já foi
608 para a Casa Civil esse decreto. O arranjo técnico e administrativo necessário a
609 esse decreto de lei teve pouquíssimas ressalvas ou até mesmo nenhuma. A
610 Fátima sabe dizer melhor sobre isso. E agora está tendo um arranjo de cunho
611 mais financeiro do que técnico-administrativo. Depois que isso for refinado, serem
612 reorganizados esses detalhes, volta à Casa Civil, no momento mais oportuno,
613 para o governo fazer a publicação. Essa informação eu não detenho, e acho que
614 a Fátima também não detém com tanta particularidade, porque depende de
615 outros fatores.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Como eu disse
616 na minha fala de abertura, nós construímos esse decreto envolvendo, inclusive,
617 os gerentes e os técnicos do IGAM e passamos por discussões com a Seplag,
618 inclusive, jurídica, e finalizamos. E a Seplag encaminha para a Casa Civil. Da
619 Casa Civil, veio essa recomendação de que haveria uma reforma tributária no
620 Estado, então, todos os decretos deveriam ser adequados. Eu não conheço o
621 assunto. Depois, o Dr. Marcos Afonso, que é da Fazenda, a quem nós
622 convidamos para falar sobre o Fhidro e algumas questões, em Assuntos Gerais,
623 poderá dar essa explicação, porque realmente eu não tenho, com detalhes, que
624 tipo de reforma. É claro, porque todos os decretos têm questão de receita, a
625 questão de fundos. Então a Fazenda irá coordenar uma organização nesse
626 sentido, e eu realmente não conheço em detalhes. Volto a dizer, o nosso decreto,
627 pelo menos o do IGAM, não teve ressalva, praticamente, nenhuma. E nós,
628 inclusive, temos os pontos para criação dos cargos gerenciais. Porque tem todo
629 um processo de organização, de número de pontos, bloqueio, desbloqueio. Me
630 parece que todos os três decretos, da FEAM, IGAM e IEF, voltaram nesse
631 sentido, por causa das adequações tributárias. Então não foi porque ficou parado
632 no IGAM, na SEMAD, na Procuradoria. É porque o Estado identificou que
633 precisava, e eu acredito que até o decreto da SEMAD, que saiu antes, talvez
634 tenha que ser readequado também, em função dessas alterações.” Anderson
635 Silva de Aguiar, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “Só fazer
636 uma complementação. Eu gostaria também de mencionar que, dentro dessas
637 unidades que foram extintas, e criadas outras, está a Assessoria dos Órgãos
638 Colegiados, que era um núcleo. Isso foi uma demanda colocada, anteriormente,
639 inclusive, pelos conselheiros, pelas organizações não-governamentais, para ter

640 um melhor atendimento ao conselheiro. Assim como o Bate-papo do Sisema, que
641 também foi uma reivindicação e que vimos fazendo em uma agenda previamente
642 definida. Na última, nós falamos sobre unidades de conservação, uma conversa
643 que tem sido muito rica e tem passado para a SEMAD, IGAM, FEAM e IEF um
644 feedback importante do que a sociedade civil entende desse processo que o
645 Sisema vive atualmente e o cenário atual. Além do Núcleo de Controles
646 Ambientais, que atualmente faz a verificação das condicionantes da licença
647 ambiental, reivindicação antiga de todos, inclusive dos órgãos de controle. Está
648 colocado pelo TCE também, pelo Ministério Público. E hoje nós conseguimos
649 fazer o monitoramento das condicionantes após a emissão das licenças. A
650 Assessoria de Normas e Procedimentos, que também tem buscado uma
651 formalização, na verdade, homogeneizar o entendimento de todas as diversas
652 normas que nós temos publicadas, desde informes, instrução de serviço. E com
653 um papel muito importante, porque todas elas estão sendo publicadas no site da
654 SEMAD para dar a devida publicidade e que todos tenham o conhecimento de
655 como o órgão ambiental entende sobre as normas, decretos, leis e outros
656 normativos em determinado assunto. E, para complementar essa fala, a
657 Auditoria, que também compõe a estrutura hoje da SEMAD. Então a Auditoria,
658 que hoje é um órgão vinculado à Corregedoria, está dentro da SEMAD, para nos
659 auxiliar nos processos administrativos, desde o administrativo disciplinar como
660 outros correlatos à atividade do serviço público. Isso é de extrema valia porque
661 corrigimos algum problema que venha a acontecer durante o seu trâmite e não
662 apenas no final.” **4) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE OUTORGA DE**
663 **GRANDE PORTE PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 4.1) Anglo American**
664 **Minério de Ferro Brasil S/A. Canalização e/ou retificação de curso de água.**
665 **Conceição do Mato Dentro/MG. Processo de Outorga nº 003962/2017.**
666 **Apresentação: Suppri.** Processo retirado de pauta para encaminhamento à
667 Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG) do CERH para sua
668 manifestação, conforme decisão por maioria deste Plenário, considerando que os
669 pareceres da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) e do Instituto
670 BioAtlântica (Ibio) não foram deliberados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do
671 Rio Santo Antônio, em virtude de perda do prazo de 60 (sessenta) dias previsto
672 na Deliberação Normativa nº 31 do CERH. Foram registrados 16 votos favoráveis
673 à proposta de encaminhamento à CTIG, apresentada pelo conselheiro Sylvio Luiz
674 Andreozzi, representante da Universidade Federal de Uberlândia, e 12 votos
675 favoráveis à proposta apresentada pelo subsecretário de Regularização
676 Ambiental/SEMAD, Anderson Silva de Aguiar, para que fosse feita exposição do
677 processo pela Suppri nesta sessão, seguida de manifestações dos conselheiros e
678 dos demais inscritos e posterior decisão do Plenário do CERH pelo
679 encaminhamento à CTIG ou baixa em diligência ou abertura para pedido de vista.
680 O conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares registrou declaração de voto
681 favorável à proposta da SEMAD: “Eu votei pelo fluxo normal previsto tanto no
682 regimento quanto na lei e na deliberação normativa. Apoiado e fundamentado no

683 que está escrito é que eu delibero o meu voto.” **4.2) Anglo American Minério de**
684 **Ferro Brasil S/A. Canalização e/ou retificação de curso de água. Conceição**
685 **do Mato Dentro/MG. Processo de Outorga nº 003963/2017. Apresentação:**
686 **Suppri.** Processo retirado de pauta para encaminhamento à Câmara Técnica de
687 Instrumentos de Gestão, conforme decisão do item 4.1. **4.3) Anglo American**
688 **Minério de Ferro Brasil S/A. Canalização e/ou retificação de curso de água.**
689 **Conceição do Mato Dentro/MG. Processo de Outorga nº 003964/2017.**
690 **Apresentação: Suppri.** Processo retirado de pauta para encaminhamento à
691 Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG), conforme decisão do item
692 4.1. **4.4) Márcio Nepomuceno de Rezende. São Sebastião do Paraíso/MG.**
693 **Processo de outorga de desvio de curso de água nº 37803/2015.**
694 **Apresentação: Supram Sul de Minas.** Outorga concedida por unanimidade nos
695 termos do parecer técnico da Supram Sul de Minas, de acordo com a decisão da
696 Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG), com abstenções dos
697 conselheiros representantes da Prefeitura de Belo Horizonte, Angá e
698 Universidade Federal de Uberlândia. O conselheiro Eduardo Machado de Faria
699 Tavares registrou declaração de abstenção de voto: “Eu fiquei extremamente
700 confortável aqui, porque dei um voto anterior com convicção, baseado e
701 fundamentado no que a lei fala, no que a DN 44 fala e no que a DN 31 fala. E o
702 que diz lá, no meu modo de entender? Que o Plenário do CERH é que deliberaria
703 sobre aquilo que lhe foi trazido. Esse foi o ponto pelo qual eu votei. Agora, o que
704 acontece? Chega ao item seguinte, que veio pela CTIG. Então eu fiquei muito
705 desconfortável aqui. Por isso, a minha abstenção. A minha abstenção não é nem
706 técnica, a minha abstenção é ideológica mesmo. E aqui, presidente, eu creio que
707 há um problema de fluxo, uma vez que uma Superintendência age de um jeito e a
708 outra age de outro. A Sul encaminha para a CTIG, a Suppri, não. Por que esses
709 parâmetros distintos se o caso era o mesmo, se foi a perda de prazo dos Comitês
710 de Bacia? Porque a Deliberação 31 é clara: perdeu o prazo, vai para deliberação
711 do Conselho.” O conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli propôs que o Plenário
712 deliberasse a seguinte recomendação: “Determinar que a obra de drenagem
713 garanta as faixas permeáveis em forma de parque linear ao longo do curso
714 d’água, conforme apresentado em fotografias constantes do parecer.” A
715 Presidência não submeteu a proposta em votação considerando manifestação da
716 Supram de que o Codema já fez a mesma recomendação. **5) PROCESSO**
717 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME E DELIBERAÇÃO DE RECURSO DE**
718 **OUTORGA. 5.1) RDI Empreendimentos Imobiliários Ltda. Varginha/MG.**
719 **Processo de outorga nº 1922/2016. Apresentação: Supram Sul de Minas.**
720 Recurso deferido por unanimidade, com a concessão da outorga, de acordo com
721 a decisão da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG), contrariando o
722 parecer técnico da Supram Sul de Minas, que opinou pelo indeferimento. Após a
723 votação do recurso, o Plenário do CERH apreciou proposta encaminhada pela
724 CTIG para elaboração de nota técnica e jurídica para orientação das análises dos
725 processos de outorgas de águas subterrâneas no Estado de Minas Gerais. Houve

726 consenso no sentido de que a SEMAD e o IGAM deverão analisar toda a
727 normatização e procedimentos existentes sobre águas subterrâneas para avaliar
728 a necessidade de elaboração de nota técnica e jurídica. A Presidência acatou
729 proposta do conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro de pautar apresentação de um
730 diagnóstico sobre o tema em reunião específica da CTIG, para avaliação do
731 material analisado pela SEMAD, com parecer técnico, devendo considerar
732 contribuições da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). **6)**
733 **INDICAÇÃO DE DOIS CONSELHEIROS (TITULAR E SUPLENTE), DO**
734 **SEGMENTO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, PARA COMPOR O GRUPO**
735 **COORDENADOR DO FUNDO DE RECUPERAÇÃO DE BACIAS**
736 **HIDROGRÁFICAS DE MINAS GERAIS (FHIDRO).** O Plenário do CERH
737 deliberou por unanimidade a indicação dos conselheiros representantes da
738 Prefeitura de Betim e da Prefeitura de Contagem como membros titular e
739 suplente, respectivamente, do segmento poder público municipal no Grupo
740 Coordenador do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento
741 Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (GC-Fhidro). O
742 conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli solicitou que fosse pautada, na próxima
743 reunião do CERH, a escolha de uma nova entidade para substituir o Fonasc
744 como membro suplente do Fhidro, representante do segmento sociedade civil. O
745 representante do Fonasc sugeriu ainda que os conselheiros do Grupo
746 Coordenador participem das reuniões independentemente de serem titular ou
747 suplente, para dar maior contribuição aos debates e garantir a participação
748 efetiva dos municípios. A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho
749 endossou a manifestação e esclareceu que as reuniões são abertas à
750 participação de todos nas discussões. **7) APRECIACÃO DE MOÇÃO DO**
751 **GRUPO COORDENADOR DO FHIDRO ACERCA DE EDITAL PARA**
752 **CAPTAÇÃO DE PROJETOS DE DEMANDA INDUZIDA EM 2017.** O Plenário do
753 CERH aprovou, por maioria, moção do Grupo Coordenador do Fhidro sobre a
754 inviabilidade de publicação de edital de chamamento público no ano de 2017 para
755 captação de projetos de demanda induzida, em virtude do encerramento do prazo
756 de concessão de financiamentos em 21/12/2017 e da tramitação, no âmbito do
757 governo do Estado, de projeto de lei para criação de um fundo estadual de meio
758 ambiente, conforme previsto na Lei 21.972/2016. Foram registrados nove votos
759 favoráveis à moção nos termos apresentados e abstenção do conselheiro Antônio
760 Thomaz Gonzaga da Matta Machado. Declarações de votos. Conselheiro
761 Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu peço que se registre o voto contrário do Fonasc
762 por tudo que eu já falei aqui.” Proposição registrada pelo conselheiro
763 anteriormente à votação da moção - “Eu proponho que, na próxima reunião, seja
764 pautada (a moção) como primeiro item de pauta, que a gente debata, e que
765 tragam, além de impressões e sugestões de mudança, questões concretas de
766 quantidade, se vai cair no Tesouro único e vai depender de aval de ‘a’, ‘b’, ‘c’, ‘d’
767 e ‘f’ igual hoje. Senão não vai adiantar nada. É uma medida que estão fazendo
768 com o poder que têm, de Fazenda, de inviabilizar um fundo e prometer outro.

769 Com todo respeito, é isso.” Conselheiro André Port Artur de Paiva Torres: “Só
770 deixar a justificativa do voto, que é unicamente apreciando a moção sob o ponto
771 de vista técnico da aplicação desse edital para o ano que vem. Eu não vou entrar
772 no mérito colocado pelo colega, que é importantíssimo e relevante. Eu estive
773 presente na reunião do Grupo Coordenador e fui convencido dessa
774 impossibilidade técnica de realização do edital. Só para deixar claro que isso não
775 tem vinculação alguma com a questão do fundo.” Conselheiro Gustavo Tostes
776 Gazzinelli: “Eu aproveito para registrar que o meu (voto) tem vinculação (com o
777 fundo).” Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares: “Registrar voto
778 contrário por uma razão simples. Apesar de eu ter participado do Fhidro por muito
779 tempo e estar indo contra os meus ex-colegas de Fundo, eu acho também que a
780 moção tem que estar inserida dentro de um contexto maior. Esse contexto maior,
781 realmente, é discutir toda a modificação que vem à frente. Então eu também
782 preferiria que colocasse na próxima reunião ordinária do CERH esse contexto
783 geral das mudanças que estão ocorrendo, inclusive a moção que foi colocada.”
784 Conselheiro Eric Alves Machado: “Contrário também à moção.” **Síntese das**
785 **exposições e debates que antecederam a votação da moção**. Andréia
786 Rodrigues Frois, coordenadora da Secretaria Executiva do Fhidro (Sefhidro),
787 apresentou a moção do Grupo Coordenador e informou sobre a previsão legal de
788 publicação de edital anual de seleção de projetos e o término do prazo de
789 concessão de financiamentos. Esclareceu que a moção foi aprovada por
790 unanimidade pelo Grupo Coordenador com base em nota técnica elaborada pela
791 Sefhidro sobre a inviabilidade de publicação de edital de chamamento público no
792 ano de 2017. “O prazo de concessão de financiamentos do Fhidro acaba em
793 21/12/2017. Além disso, o momento de estruturação da Sefhidro (equipe técnica,
794 questões operacionais e aspectos legais), considerando que a legislação atual
795 traz exigências que inviabilizam a apresentação de projetos. Muitas vezes, pela
796 própria documentação solicitada na legislação, o proponente não consegue
797 apresentar, justamente porque é inviável. A documentação hoje exigida pelo
798 Fhidro não atende a tipologia de projetos e a natureza jurídica das instituições.”
799 Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Nas reuniões do Fhidro, um
800 dos pontos discutidos é a dificuldade de se fazer um edital que cumpra o que o
801 Estado está precisando, adequando à realidade das necessidades atuais.”
802 Marcos Afonso, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF): “Eu até entendi que
803 a minha vinda aqui seria mais específica, para tratar do desenho de prorrogação
804 do Fhidro até 31 de março de 2018. O PL que foi encaminhado à Fazenda fazia
805 proposição de o Fhidro ser prorrogado por mais 30 anos. Paralelo a esse fato, a
806 Lei 21.972/2016 determina, no seu art. 32, que seja formatado o fundo ambiental,
807 que é muito mais amplo que o Fhidro. Todo o esforço e todo o trabalho
808 desenvolvido pela estrutura da SEMAD, pela estrutura do IGAM, as informações
809 técnicas internas e externas e todo esse aparato não se perdem e, simplesmente,
810 vão ser acoplados a uma proposição. O artigo de lei que já está encaminhado
811 propõe que os recursos do Fhidro possam ser utilizados até 31 de março de 2018

812 ou antes, se for promulgada a lei que trata do fundo ambiental. Qual é a lógica do
813 fundo ambiental que está previsto na Lei 21.972? Carrear recursos para a
814 dimensão meio ambiente no Estado. E no mesmo pacote normativo encaminhado
815 à Assembleia que trata da prorrogação do Fhidro, vinculado a essa possibilidade
816 do nascimento do 'Femad', desde setembro do ano passado, foi remetido à
817 Assembleia um projeto de lei que pegava todo o normativo tributário, ou com
818 características tributárias, para elevar ao nível de lei o que estava em formato de
819 resolução. Qualquer usuário dentro da dimensão meio ambiente estaria
820 promovendo pagamentos de taxas através de resolução, o que só pode ser
821 cobrado mediante lei específica. Fizemos um levantamento – em parceria com o
822 IGAM, SEMAD, IEF, FEAM – de todos os normativos relacionados com essas
823 cobranças. Logo, haveria necessidade, para se normatizar uma lei específica, de
824 definir até competências. A atividade começou em função da Força-Tarefa e
825 também em função da Resolução Conjunta 01/2016, que prevê uma revisão de
826 procedimentos em toda a seara do meio ambiente, em todo ato administrativo do
827 meio ambiente e de recursos hídricos. O Sisema é autossustentável, tem
828 recursos suficientes para se manter e conseguir muito mais resultados. Só não
829 tem controle disso, porque não há uma lógica de procedimentos. A lógica do
830 fundo ambiental, a lógica da norma tributária, desenhada em lei, e a
831 regulamentação respectiva vão fazer com que o Sisema possa fluir.” Conselheiro
832 Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu lastimo, profundamente, essa notícia que chegou
833 aqui. Eu gostaria que o Marcos Afonso chegasse aqui e falasse ‘nós vamos criar
834 um fundo de meio ambiente e recursos hídricos – e não de desenvolvimento
835 sustentável –, e esse fundo não vai ser contingenciado, ele vai ter uma rubrica
836 que ninguém da Secretaria de Fazenda nem do Planejamento nem a Advocacia
837 Geral do Estado vão segurar o dinheiro’. Mas, simplesmente, falar que vai acabar
838 e que a Secretaria de Fazenda devolveu essa resposta, com toda paciência, isso
839 foi uma decisão – para quem tem o mínimo de conhecimento político e de
840 vivência dessa política em Minas Gerais – para não soltar dinheiro no ano que
841 vem nem neste ano. E eu me sinto, como representante da sociedade civil no
842 Grupo Coordenador do Fhidro, feito de palhaço nesses anos todos em que estive
843 lá e participei de várias reuniões e comprei brigas em defesa da gestão pública e
844 da transparência.” O conselheiro propôs que, dada a importância da matéria, o
845 assunto fosse pautado como primeiro item da próxima reunião do Plenário do
846 CERH.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “A nossa expectativa é que iria
847 avançar, e houve um retrocesso muito grande.” O conselheiro Antônio Thomaz
848 Gonzaga da Matta Machado também manifestou sua insatisfação com a falta de
849 liberação de recursos do Fhidro e solicitou maiores informações sobre a nova
850 proposta do governo. Marcos Afonso, da Secretaria de Estado de Fazenda: “Eu
851 pude observar alguns resultados positivos que são pouco transparentes. O
852 resultado financeiro para que o Sisema consiga se autossustentar passaria, por
853 exemplo, por lei definindo, efetivamente, a receita. A taxa se vincula a quem
854 pratica o ato. Então o fundo, que vai receber recurso de taxa, estará com o valor

855 carimbado. Porque o recurso da taxa decorre da efetiva prestação do serviço ou
856 do exercício do poder público de polícia pelo órgão do Estado. Isso vai estar
857 claro. O desenho que está sendo efetivado agora eu caracterizo que não é o fim
858 do objeto que o Fhidro busca. Eu acredito que seja uma coisa muito mais
859 objetiva, muito mais transparente. Porque o buraco negro se forma a partir do
860 momento em que não existe um controle efetivo de entrada e saída de receitas.
861 Eu acredito que o nome 'desenvolvimento sustentável' não se encaixa. Mas o
862 fundo, com o nome que, necessariamente, aprover, tem que tratar da dimensão
863 'meio ambiente'. Considerado o fato de que a minha fala seria pontual, eu não
864 tenho aqui comigo para apresentar números e dados, mas eu sei que a
865 sustentabilidade do Sisema passa pelo refazimento procedimental, por cada um
866 definindo, efetivamente, a sua competência, cada um agindo de forma harmônica.
867 Porque a harmonia não pode estar só no papel, tem que estar, efetivamente,
868 colocada na ação. E o procedimento bem desenhado faz com que a norma
869 substantiva que define o direito e a obrigação seja, efetivamente, aplicada.” O
870 conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli propôs que o governo permita o
871 funcionamento do Fhidro “mesmo com os recursos atuais e que dê fluxo
872 financeiro”. “Eu acho que a gestão atual do IGAM teve o mérito de tentar verificar
873 quais eram os problemas no âmbito da governança do governo estadual, sem
874 passar projeto de lei, e conseguiu encontrar esses problemas e falar ‘vamos
875 resolver pelo menos essa parte aqui’. E o que vocês estão fazendo é retirando do
876 IGAM e do Grupo Coordenador a possibilidade de o Fhidro continuar, dando
877 prazo até março, o que significa decretar o fim do Fhidro, e não puseram nada no
878 lugar e de forma prática.” Marcos Afonso, da Secretaria de Estado de Fazenda,
879 reiterou que “a intenção é de prorrogar até 31 de março ou antes desse prazo, se
880 o novo fundo for implantado”. “A própria lógica de um fundo programático define,
881 inclusive, que vai ser o Grupo Coordenador. A proposta normativa que o grupo
882 técnico está fazendo é no sentido de dar continuidade aos projetos e até de dar
883 aporte em termos de recursos, porque esse fundo novo vai grandear mais
884 valores. De qualquer forma, se pegarem a Lei Complementar 91, que rege o
885 Fundo, vão verificar a amarração que tem com a LOA e que esse fundo vai
886 determinar, o que dá uma transparência muito maior do que o desenho do antigo
887 Fhidro que a 15.910 trazia. Essa é a intenção.” Conselheiro Odorico Pereira de
888 Araújo: “O recurso que é do Fhidro vem com recurso pago pelo setor elétrico
889 destinado para recursos hídricos, e o fundo é ambiental. Como vai se lidar com
890 isso e com o saldo que tem no Fhidro? E me preocupa mais ainda porque a
891 Secretaria de Meio Ambiente é a segunda que mais arrecada, não falta dinheiro.
892 Isso é preocupante. Pega uma coisa que foi construída há mais de dez anos, e
893 agora vem uma desconstrução, começando outro fundo.” Marcos Afonso, da
894 Secretaria de Estado de Fazenda: “Não há desconstrução. A lógica da
895 construção do novo fundo, que remonta a janeiro de 2016, é a ideia de fundo
896 programático. Hoje o Fhidro tem ‘x’ reais de receita. No fundo, aquelas dotações
897 que não são carimbadas automaticamente, por exemplo, um plus da taxa de

898 recursos, da taxa cobrada por toda a atividade do IGAM, a partir do momento em
899 que estiver em lei, vão crescer, e esse valor vai para o fundo, e vai aumentar o
900 volume financeiro para ser aplicado nas atividades que o grupo coordenador
901 definir.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Um fundo que vai criar
902 mecanismos de aumentar a arrecadação vai impactar mais o setor usuário. A
903 lógica é essa, e nós precisamos é de diminuir o peso do Estado no setor
904 produtivo, para que produza e tenha o aumento da receita, e não criar
905 mecanismo de aumentar a receita do Estado em forma de taxa e assim por
906 diante. Agora, uma coisa que está me preocupando é, se não vamos ter edital em
907 2017, como vamos fazer com os Comitês de Bacias? Porque no edital está
908 previsto valor para os Comitês.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho:
909 “O edital é para projetos da sociedade civil ou municípios. O valor do Comitê de
910 Bacia está previsto em lei, são os 7,6% do Fhidro previstos em lei. Isso está
911 expresso em lei, para além das questões do projeto. Comitês não precisam
912 apresentar projetos. Os projetos são para iniciativas da sociedade, e o Comitê
913 não está incluído.” O conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares questionou
914 de quem será a gestão do novo fundo, se do CERH, do COPAM ou do Sisema, e
915 propôs que a minuta do projeto de lei fosse discutida em reunião conjunta
916 COPAM/CERH. Registrou ainda a seguinte manifestação: “O Estado usou
917 recurso do Fhidro para bancar crédito internacional. Foram alocados recursos do
918 Fhidro para cumprir compromisso internacional. Está previsto que esses recursos
919 serão carimbados?” Marcos Afonso, da Secretaria de Estado de Fazenda: “O
920 artigo 39 fala que será atrelado ao fundo ambiental de conteúdo programático
921 cujo gestor será a SEMAD. Eu creio que a minuta vai chegar ao Conselho, e ela
922 objetiva trazer as linhas gerais do fundo. As rubricas, a contabilidade vai estar
923 vinculada ao tipo de receita.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu espero
924 que possamos colocar esse ponto de pauta na próxima reunião do CERH, com
925 apresentação da equipe. E que no dia 31 de março, quando acabar o Fhidro,
926 esse fundo já esteja funcionando, com edital aberto, inclusive. E então vamos
927 falar ‘eles não fizeram uma iniciativa para acabar com o Fhidro, mas para
928 melhorar em 2018’.” **8) ASSUNTOS GERAIS.** Daniel Moreira, membro do CBH
929 Santo Antônio: “Eu sou membro do Comitê do Santo Antônio e presidi a reunião
930 da Câmara Técnica para avaliar a outorga da Anglo. Eu vou externar para vocês
931 o meu sentimento pessoal. Nós fizemos a avaliação lá. Chegou o processo, e foi
932 dado todo o encaminhamento correto para esses processos do complexo da
933 Anglo. Eu gostaria de deixar claro que a CTOC esteve presente aqui, que teve
934 um parecer, e deixar claro também, com todo o respeito ao meu colega que
935 representa o Fonasc, que nós só não colocamos em votação esses processos no
936 Comitê do Santo Antônio porque o Fonasc pediu vista e depois pediu, na data em
937 que se aproximava para cumprir o prazo de 60 dias, postergação do prazo. Não
938 teve tempo para entregar, e os prazos venceram. Então deixar claro que não foi
939 uma falha do Comitê do Santo Antônio, foram questões de atendimento ao
940 pedido do Fonasc para dilatar o prazo. E o prazo nosso também era muito curto

941 para cumprir os 60 dias. A CTIG vai analisar, mas eu gostaria que levassem em
942 consideração o parecer e, principalmente, o trabalho que a Câmara Técnica do
943 Santo Antônio teve em fazer a análise. Outra coisa que vou deixar claro para este
944 Plenário, com relação não só aos projetos da Anglo, é que eu fiquei mais ou
945 menos um ano escutando no Comitê de Bacia, calado nas reuniões, e ficava só
946 observando. E a questão principal que é defender a questão de água, a questão
947 dos produtores de água, as questões voltadas para o meio ambiente, isso não
948 está sendo tratado, simplesmente, na maioria das vezes. É lógico, tem pessoas
949 que realmente estão ali para cumprir um papel voltado para proteger a água,
950 mas, infelizmente, isso não está acontecendo. E eu vou externar aqui o meu
951 sentimento de tristeza. Eu tenho uma propriedade rural que herdei da minha
952 família, e este ano eu fiquei sem água. Meus vizinhos todos furaram poços
953 artesianos e secaram a minha nascente. Uma das coisas em que eu bati o pé
954 para a questão da Anglo foi recuperar nascente. O Fonasc teve um papel
955 brilhante lá, porque nós estávamos solicitando, porque esse processo quase foi a
956 votação. Mas o Fonasc pediu vista. Nós estávamos quase conseguindo que a
957 recuperação de nascentes, que é uma coisa principal, fosse em um número muito
958 grande. Então eu pedi a palavra e agradeço a todos vocês, e gostaria de deixar
959 claro o meu sentimento de frustração diante do trabalho que nós fizemos lá na
960 CTOC, no nosso Comitê. Mas dizer a vocês que o nosso Comitê do Santo
961 Antônio está ativo, está funcionando. Agradecer à senhora Maria de Fátima pelo
962 brilhante papel também, porque eu acompanho as questões de outorga, as
963 questões do IGAM. E não deixo de externar também aqui que essa questão das
964 Suprams está uma bagunça mesmo. Espero que isso melhore porque cada
965 Supram está dando uma sentença. Eu, por exemplo, acompanho um processo
966 aqui na Suppri, que tem uma demanda e um entendimento. Eu vou para a
967 Supram Leste, e tem outro entendimento. E vou para a Supram Sul, e tem outro
968 entendimento. Então eu gostaria de aproveitar este momento e externar todas
969 essas minhas considerações. E agradecer pela oportunidade. E não gostaria de
970 deixar a CTOC fora da CTIG e pelo menos gostaria de ser convidado a participar
971 nesse momento.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu, inclusive, ajudei a
972 assessorar as pessoas do Fonasc nos encaminhamentos para o Comitê. O que
973 aconteceu é o seguinte. O Comitê estabeleceu um prazo para entrega do
974 relatório de vista, que foi cumprido. Só que o Comitê, na sexta-feira, convocou
975 uma reunião para segunda-feira, descumprindo um procedimento. Primeiro,
976 tentou fazer de forma intempestiva a reunião, fora do prazo do regimento do
977 próprio Comitê, e, além disso, publicou a convocação sem publicar os relatórios
978 de vista. Aí, nós pedimos que, por uma questão de transparência, fosse cumprido
979 o prazo, que, dentro do prazo, fosse cumprido o procedimento, de acordo com o
980 regimento do Comitê. E o que o Comitê fez, sabiamente, corretamente, seguindo
981 o princípio da razoabilidade? Pegou e falou ‘vamos, então, pautar no prazo
982 regimental’. Pautou, e o assunto já tinha sido encaminhado. Aí, o Sisema resolver
983 intervir. Eu chamo isso de uma intervenção. ‘Nós não vamos aceitar que essa

984 análise seja feita porque passou de 60 dias'. Então o Comitê cumpriu o prazo.
985 Nós do Fonasc cumprimos o prazo. A SEMAD é que, por preciosismo e falta de
986 racionalidade, resolveu cumprir o prazo e passar por cima de tudo. Então não
987 ponham no Fonasc uma responsabilidade que não é nossa.” Conselheiro Antônio
988 Giacomini Ribeiro: “Eu só queria cumprimentar o Daniel pela coragem e pela
989 paciência de ter esperado até agora, e esclarecer que, realmente, ele e todos os
990 membros do Santo Antônio serão muito bem recebidos na reunião da CTIG e
991 terão direito também a voz e serão ouvidos.” Conselheiro Edson de Oliveira
992 Vieira: “Eu gostaria de deixar meus cumprimentos, Fátima, por esse período em
993 que você esteve à frente aqui do IGAM. Pelo relato das ações no início da
994 reunião, pudemos perceber o desempenho. Então a parabenizo.” **9)**
995 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente
996 Maria de Fátima Chagas Dias Coelho declarou encerrada a sessão, da qual foi
997 lavrada esta ata.

998
999 **APROVAÇÃO DA ATA**

1000
1001
1002 **Anderson Silva de Aguiar**
1003 **Presidente suplente do Plenário do CERH/MG**